A AG e a GmbH

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Constituição e capital

Uma AG exige capital social de ao menos CHF 100.000, dos quais ao menos CHF 50.000 ou 20%, o que for maior, devem ser integralizados na constituição.[1] Uma GmbH exige capital nominal de ao menos CHF 20.000, totalmente integralizado.[2] Desde a reforma do direito societário em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, o capital de ambas as formas pode ser expresso em moeda estrangeira livremente conversível que seja a moeda mais importante para o negócio. A portaria reconhece o dólar americano, o euro, a libra esterlina e o iene.[3] Uma stablecoin denominada em uma dessas moedas não é essa moeda, de modo que o capital não pode ser expresso em USDC nem em tokens. Ainda assim, a opção de moeda é relevante para um grupo cuja contabilidade é mantida em dólares americanos.

A constituição exige escritura pública lavrada por notário, o depósito da contribuição em dinheiro em conta bloqueada em um banco suíço e a aprovação do estatuto. Os fundadores nomeiam o conselho de administração ou os gerentes e um auditor, ou renunciam à auditoria limitada, antes do registro no registro comercial cantonal.[4] Em Zug, o processo, do agendamento com o notário até o registro, leva de duas a três semanas quando a conta bancária já está aberta. A conta bancária é o gargalo para um empreendimento cripto, como explica o Capítulo IX.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Integralização do capital em criptoativos

Um fundador que deseje contribuir com tokens em vez de dinheiro faz uma contribuição em bens (Sacheinlage). O direito suíço a admite quando o bem pode ser registrado no balanço, é transferível à sociedade e fica à livre disposição desta imediatamente após o registro, ou quando a sociedade tem o direito incondicional de exigir sua transferência.[5] O contrato de contribuição deve ser escrito, e os fundadores devem apresentar um relatório que explique a natureza e o estado da contribuição e a adequação de sua avaliação, a ser examinado e confirmado por um auditor.[6] Os registros comerciais aceitaram bitcoin e ether como contribuições em bens já em 2017. O registro de Zug tem prática consolidada. As condições práticas são três. O token deve ser avaliado por um preço de mercado verificável em data e hora indicadas. O contrato de contribuição deve identificar os endereços de carteira de origem e de destino da transferência. O auditor deve poder confirmar que a sociedade controla o endereço de destino no dia do registro.

Três armadilhas se repetem. Primeiro, a volatilidade entre a data da avaliação e a data do registro pode deixar o capital sem cobertura suficiente. A resposta usual é contribuir com tokens de valor de mercado bem superior ao capital nominal, creditando o excedente à reserva de contribuições de capital, e indicar uma margem de segurança no relatório dos fundadores. Segundo, tokens emitidos pela própria sociedade ou por uma fundação a ela ligada são contribuições inadequadas, porque seu preço de mercado pode não existir ou ser controlado pelo contribuinte. O registro fará perguntas difíceis, e o auditor pode recusar-se. Terceiro, a contribuição de tokens constitui, para fins fiscais, uma alienação pelo fundador. Para um titular privado na Suíça, essa alienação é isenta nos termos do art. 16, al. 3, da Lei federal suíça do imposto federal direto (DBG/DFTA), mas um fundador residente em outro país no momento da contribuição pode desencadear um fato gerador tributável segundo a lei do seu país de origem.[7]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Nota prática

Uma deliberação do conselho que aceite tokens como contribuição em bens deve registrar o seguinte, nesta ordem: - o token e o endereço de seu contrato ou o identificador da cadeia, com a quantidade - os endereços de carteira de origem e de destino - o preço de referência, sua fonte e a data e hora da cotação - o valor resultante em francos suíços, dividido entre capital nominal e reservas - o arranjo de custódia da carteira de destino, incluindo quem detém as chaves - a confirmação do auditor. A Parte Q, Capítulo III, contém um modelo.

AG ou GmbH

A AG é a forma preferida para uma sociedade que espera investidores externos, pretende tokenizar suas ações ou planeja uma listagem. As ações são livremente transferíveis, salvo restrição estatutária, os acionistas permanecem anônimos perante o público e a estrutura do conselho é familiar aos investidores de venture capital.[8] A GmbH é mais barata de constituir, mas seus sócios são publicados no registro comercial. A transferência de uma quota exige cessão por escrito e, salvo disposição estatutária em contrário, a aprovação da assembleia de sócios.[9] Para uma sociedade operacional de protocolo que terá dois ou três fundadores e nenhum capital externo, a GmbH é adequada e pode ser transformada posteriormente em AG, nos termos da Lei de Fusões, sem liquidação.[10] Quando as ações devam ser emitidas como direitos-valor registrais nos termos do art. 973d e ss. do Código das Obrigações suíço (OR/CO), a AG é a única escolha prática, porque as quotas de uma GmbH não podem ser incorporadas em títulos.[11]

Característica	AG	GmbH
Capital mínimo	CHF 100.000 (CHF 50.000 integralizados)	CHF 20.000 (totalmente integralizados)
Publicidade dos proprietários	Não (beneficiários efetivos informados internamente)	Sim, no registro comercial

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Característica	AG	GmbH
Transferência de participações	Livre, salvo restrição; direitos-valor registrais possíveis	Cessão por escrito e aprovação dos sócios
Órgão de administração	Conselho de administração	Gerentes (por padrão, todos os sócios)
Adequação	Investidores, participações tokenizadas, pedidos de licença	Pequenas equipes de fundadores, início com custos contidos
Auditoria	Ordinária acima dos limites; limitada ou dispensa abaixo deles	Idem
Requisito de residência	Um membro do conselho ou diretor com poderes de assinatura residente na Suíça	Um gerente residente na Suíça

Ambas as formas devem ter ao menos uma pessoa residente na Suíça que possa representar a sociedade, requisito cumprido por um membro do conselho, um gerente ou um diretor registrado.[12] Administradores profissionais em Zug oferecem esse serviço mediante remuneração, mas um pedido de licença à FINMA ou a filiação a um organismo de autorregulação (OAR) exigirá que a administração real esteja na Suíça, como explica a Parte E, Capítulo XII.

Notas

1. Código das Obrigações (CO; OR), SR 220, art. 621, al. 1, e art. 632. ↩
2. CO, SR 220, art. 773, al. 1, e art. 777c. ↩
3. CO, SR 220, art. 621, als. 2 e 3, e art. 773, al. 2, conforme alterados pela Lei federal de 19 de junho de 2020 (reforma do direito societário), AS 2020 4005, em vigor desde 1º de janeiro de 2023; Portaria sobre o Registro Comercial, de 17 de outubro de 2007 (HRegV), SR 221.411, art. 45a. ↩
4. CO, SR 220, arts. 629 a 635a (AG) e arts. 777 a 779 (GmbH); art. 727a, al. 2 (renúncia à auditoria limitada com o consentimento de todos os acionistas

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

quando a sociedade não tiver mais de dez empregados em tempo integral em média anual). ↩

5. CO, SR 220, art. 634, al. 1, n.ºs 1 a 3, conforme alterado com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023 (eliminando a exigência anterior de que o bem fosse realizável). ↩
6. CO, SR 220, art. 634, als. 2 e 3, art. 635 e art. 635a. ↩
7. DFTA, SR 642.11, art. 16, al. 3; documento de trabalho da AFC sobre criptomoedas, seção sobre contribuições de tokens a sociedades. A Parte G, Capítulo IV, trata da contabilização do lado da sociedade. ↩
8. CO, SR 220, arts. 684 a 685g (transferência de ações e restrições à transferência); art. 697j e ss. (deveres de comunicação dos beneficiários efetivos de ações ao portador e nominativas acima de 25%). ↩
9. CO, SR 220, arts. 785 a 788. ↩
10. Lei federal sobre fusão, cisão, transformação e transferência de patrimônio, de 3 de outubro de 2003 (Lei de Fusões; FusG), SR 221.301, arts. 53 a 68. ↩
11. CO, SR 220, art. 973d, al. 1, e art. 622, al. 1 (as ações podem ser emitidas como direitos-valor registrais); art. 784, al. 1 (os certificados de quotas de uma GmbH são emitidos apenas como meio de prova). ↩
12. CO, SR 220, art. 718, al. 4 (AG), e art. 814, al. 3 (GmbH). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.